

# B LETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – maio de 2012



## Edição Especial **XV Marcha**

Nesta edição:

- Ziulkoski defende maior parceria entre governo e Municípios
- Presidente Dilma fala de desafios comuns a serem vencidos
- Nova Diretoria toma posse e divulga *Carta da XV Marcha*

XV Marcha

# Em discurso de abertura apresenta reivindicações

A necessidade de ser promovido o Pacto Federativo foi assunto inicial do incomodativo discurso do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O pronunciamento de abertura dos trabalhos da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* foi na manhã do dia 15 de maio, com a presença dos presidentes da República, Dilma Rousseff, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e uma comitiva de ministros.

Além de afirmar que não existe Pacto Federativo e de apontar programas subfinanciados pelo governo federal, Ziulkoski pediu providências na questão dos Restos a Pagar devidos pela União aos Municípios, falou sobre a obrigatoriedade de implantação de creches pelas prefeituras, mencionou o impacto da criação de pisos salariais e voltou a pedir a aprovação do projeto que trata dos *royalties*. Encontro de contas entre os regimes de Previdência, Reforma Tributária, Resíduos Sólidos, Código Florestal, aumento do salário-mínimo e Saúde também foram assuntos do discurso.

“Falamos de reforma do Pacto, mas eu diria que ele não existe e que nós temos de construir este Pacto Federativo”, defendeu. Ziulkoski ponderou que a Federação brasileira é nova – a Constituição tem apenas 22 anos –, e muitas reformas devem ser feitas. Mas a principal delas, segundo ele, é a reforma da Federação. “Enquanto isso não ocorre, nós [os Municípios] assistimos ao estrangulamento das receitas”, constatou. “Não podemos deixar de ver que as dívidas do País devem ser sanadas, mas as dos Municípios também, e a maior é a dívida social. As metas do milênio precisam dos Municípios para serem cumpridas”, destacou Ziulkoski no início de sua fala.

Ziulkoski lembrou o compromisso assumido



pela presidente da República, no evento do ano passado, sobre os Restos a Pagar. “Foi determinado que houvesse uma fluidez para melhorar, mas isso não ocorreu na prática”, reclamou. Ele contou que a CNM entrou em contato com 11 mil empenhos – do total de 49 mil empenhos processados e não processados levantados pela entidade – e deles 89% ainda não foram pagos até o início deste mês de maio.

O líder municipalista também usou a oportunidade para esclarecer que a entidade e os prefeitos não são contra os pisos salariais a categorias, “nós queremos cumprir o piso, mas tem que ser um que possamos cumprir”, disse. “Os deputados querem votar porque tem interesse. Aí já votaram dos agentes comunitários e o dos professores, e

os Municípios não têm como cumprir”, ponderou Ziulkoski, que finalizou o assunto dizendo que os deputados devem ter responsabilidade perante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em relação aos critérios de distribuição dos *royalties*, Ziulkoski reafirmou que foi vendido à imprensa que os Municípios produtores têm direito. “Não existe Município produtor de petróleo, ele não é produtor, é confrontante. O que aquele Município fez para ter aquele petróleo”, perguntou Ziulkoski. Em relação a isso, ele anunciou: “ninguém está mexendo em contrato. Queremos o cumprimento de todos os contratos, o que estamos discutindo é a apropriação do produto do contrato”, declarou. “Neste atraso, os Municípios já deixaram de receber R\$ 3,5 bilhões”, avaliou

# dos trabalhos, Ziulkoski dos Municípios brasileiros

o líder dos Municípios em relação à falta de definição da matéria.

O presidente da CNM finalizou a fala mencionando a obrigatoriedade da construção de creches. “A senhora tem o compromisso, e nós [as prefeituras] temos de construir seis mil creches. Pela lei, é nossa competência, só que para construir essas unidades, pelos nossos cálculos, o governo investirá R\$ 4,5 bilhões”, salientou o presidente. “Nós recebemos do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] em média R\$ 260,00 por criança, e, se estamos gastando por baixo R\$ 600 por criança, estamos colocando do orçamento do Município R\$ 400 por criança”, calcula o líder dos Municípios. Ele finalizou: “nós queríamos propor que fosse invertido, os Municípios construíssem os prédios e o governo federal gerenciasse e fizesse a manutenção”.

## Relação das autoridades presentes na abertura da *XV Marcha*

A presidente da República, Dilma Rousseff; o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS); 17 ministros de Estado; o coordenador residente das Nações Unidas do Brasil, Jorge Chediek; deputados federais – Edson Pimenta, Jesus Rodrigues, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Sandra Rosado, Valtenir Pereira e Vicente Cândido; e o presidente do Sebrae, Luiz Barreto participaram da abertura da *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, no auditório do Royal Tulip Alvorada, no dia 15 de maio.

Estavam presentes os ministros: da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti; da Agricultura, Mendes Ribeiro; da Educação, Aloizio Mercadante; do Trabalho e Empresa, Brizola Neto; da Previdência Social, Garibaldi Alves; da Saúde, Alexandre Padilha; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; do Planejamento, Miriam Belchior; do Turismo, Gastão Dias Vieira; da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; das Cidades, Aguinaldo Ribeiro; da Pesca, Marcelo Crivella; de Políticas de Promoção da Igualdade, Luiza Bairros; dos Portos, Leônidas Cristino; e da Secretaria das Mulheres, Eleonora Menicucci.



XV Marcha

# Dilma diz que *Marcha* é um

Depois de se declarar honrada por participar pela segunda vez como Presidente da República da *Marcha em Defesa dos Municípios*, “que a cada ano é um exercício de democracia e de fortalecimento da Federação brasileira”, Dilma Rousseff disse saber da importância estratégica dos Municípios para o desenvolvimento do País. “Comecei a minha vida pública como secretária da Fazenda de Porto Alegre e sei a importância que os Municípios têm para o desenvolvimento do Brasil”, declarou.

Admitiu que o País tem vários desafios que afetam o governo federal, os Estados e os Municípios. “O Brasil tem três principais entraves de curto prazo. Possuímos taxas de juros finais incompatíveis com aquelas praticadas internacionalmente. E isso compromete o crescimento do País. Temos, ainda, nos últimos dias, por vários

fatores, e isso tem se alterado, taxas de câmbio extremamente sobrevalorizadas”, admitiu. Falou da existência de uma estrutura tributária que não é só ruim do ponto de vista da distribuição da federação como também do ponto de vista da distribuição social dos tributos.

Sobre o futuro do País manifestou que trabalha por um crescimento constante, equilibrado e com inflação sob controle. “E que o País possa ter certeza que está gerando as riquezas suficientes para distribuir com a sua população. É impossível transformar o Brasil, do ponto de vista social, se não contarmos com os governadores e os prefeitos”, afirmou.

E admitiu que o programa Bolsa Família não existiria sem os prefeitos e as prefeitas. Sobre a recente decisão de destinar uma parcela substantiva

de recursos para mudar o patamar do Bolsa Família, a presidente Dilma Rousseff anunciou que se trata de um benefício, uma forma de ampliação do próprio programa. “É um benefício para as famílias que têm pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Essa família vai receber per capita de R\$ 70,00 e pretendemos, assim, conseguir reduzir de forma drástica a extrema pobreza nessa faixa”, antecipou.

Admitiu a existência de desajustes na parceria entre governo e Municípios e que é preciso trabalhar para alcançar a melhor relação possível. Garantiu, porém, que o governo federal está fazendo o possível, “dada a nossa situação para ampliar a parceria com os Municípios”.

## CRECHES

A respeito do programa Brasil Carinhoso explicou que a construção e oferta de vagas em creches é fundamental para o desenvolvimento das crianças. A idéia do governo é privilegiar a criação de seis meses até três anos por entender que a creche é um instrumento fundamental para construir o processo de inclusão social no Brasil de maneira muito profunda. Trata-se de uma oportunidade de futuro para essas crianças. “Quando conseguimos fornecer para a criança estímulos adequados, carinho, proteção, alimentação adequada, saúde adequada, podemos mudar o futuro de uma geração inteira de brasileiros”, ensina.

E adiantou que o governo quer atacar a desigualdade pela raiz. “Meu governo fará o possível e o impossível, não só com custeio, mas com custeio e com investimento. Tudo o que for possível para garantir que a parte mais pobre das crianças deste País esteja em creche. O possível e o impossível”, garantiu. Todas essas creches que serão destinadas para crianças extremamente pobres, de seis meses a três anos, terão um acréscimo de 50% no valor do custeio das vagas. “E iremos observar a necessidade de mais recursos”, antecipou.



# o exercício de democracia

## REMÉDIOS

Anunciou também que serão fornecidos remédios para a asma, gratuitos em todas as farmácias credenciadas pela rede Aqui Tem Farmácia Popular. E também garantir complementação de ferro nas Unidades Básicas de Saúde e, na campanha de vacinação, vitamina A.

## MÁQUINAS E PAVIMENTAÇÃO

No seu discurso na abertura da XV *Marcha*, a presidente Dilma Rousseff anunciou ainda uma novidade para todos os Municípios de até 50 mil habitantes. “Vamos fornecer a cada um dos Municípios com até 50 mil habitantes, uma retroescavadeira. Serão 3.591 Municípios beneficiados”. Outros 1.330 Municípios vão ser selecionados para receber motoniveladoras. “Pretendemos estender esse processo a todos os pequenos Municípios, que são aqueles com menos recursos para comprar retroescavadeira e motoniveladora. A seleção e a entrega acontecerão, possivelmente, no final do ano”, antecipou.

As inscrições serão abertas no próximo mês de julho, pelo prazo de 30 dias. Falou ainda do programa de pavimentação das vias urbanas. Serão R\$ 5 bilhões de financiamento para obras que deverão estar integradas com redes de abastecimento de água e coleta de esgoto.

## DESBUROCRATIZAÇÃO

Dilma lembrou que na *Marcha a Brasília* do ano passado assumiu o compromisso com a desburocratização dos ritos dos convênios e contratos de repasse que considerou como uma “antiga demanda, correta, de todos da CNM e de todos os Municípios. Quero anunciar que as medidas para garantir a retroatividade da Portaria Interministerial 507, que trata dessa simplificação, foram tomadas com a publicação dessa mudança hoje (15,05) no Diário Oficial da União”. Em razão dessa decisão, a



partir de agora, o novo procedimento simplificado será estendido aos contratos firmados antes da edição da Portaria, para dar mais agilidade à execução de obras.

## FICHA SUJA

A Presidente da República manifestou preocupação com o relatório recebido do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, segundo o qual 4 mil prefeitos entrarão na barreira do Ficha Limpa. Destacou a necessidade de se fazer uma análise das condições em que estão ocorrendo e por que estão ocorrendo. A União não acha que isso é correto e que não contribui para combater o malfeito colocar inocente no Ficha Limpa.

Conforme Dilma, “se tem um jeito de tornar o Ficha Limpa ineficaz é colocar pessoas que têm a ficha limpíssima como Ficha Suja. Então, não é bom nem para quem sofre, muito menos para o País, porque não leva a uma melhoria das relações institucionais, a uma melhoria do padrão das ativi-

dades públicas e a uma melhoria da ética da gestão administrativa dos recursos públicos”, defende.

Seria fundamental discutir o que é, de fato, que produz um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que não é fruto da iniciativa do prefeito ou da prefeita. E deu um conselho a todos: “acho que vocês não podem, sob pena de não estarem contribuindo para melhoria da democracia no Brasil, admitir uma coisa dessas. Nós iremos impedir que pessoas inocentes, prefeitos que não têm nenhum problema sejam classificados como ficha suja. Vocês podem ter certeza de que o governo vai ser parceiro nisso. Vamos separar o joio do trigo”.

No final de seu discurso, ao ouvir os prefeitos pedirem pelos *royalties*, a presidente da República afirmou: “Petróleo, petróleo, vocês não vão gostar do que eu vou dizer. Petróleo vocês não vão gostar. Então, vou dizer uma coisa para vocês: não acreditem que vocês conseguirão resolver a distribuição de hoje para trás. Lutem pela distribuição de hoje para frente”, finalizou.

XV Marcha

# Crack: CNM revela alarmantes números da droga no Brasil

Que o crack é um problema não só das grandes cidades, mas também dos pequenos Municípios, não é novidade. A droga se espalha pelo Brasil e traz consequências negativas para os setores de Saúde, Segurança, Assistência Social e Educação. As três esferas do governo nunca se reuniram para debater o tema e discutir soluções. Os únicos números que mostram a dimensão do problema são da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O presidente Paulo Ziulkoski apresentou um alarmante cenário do crack durante a *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que este ano dedicou uma tarde de seminários com os maiores especialistas do assunto para buscar soluções.

O estudo Os Municípios brasileiros como protagonistas no enfrentamento ao crack traz as seguintes informações: entre 4.907 prefeitos ouvidos pela CNM, 4.404 assumiram ter problemas com o crack em seus Municípios. A gravidade da situação, segundo os entrevistados, também foi levada em consideração na pesquisa. Um total de 1.131 gestores considera o uso de drogas em nível alto, 1.987 de nível médio e 1.202 de nível baixo.

Apesar do quadro constatado pela Confederação, os responsáveis pelos Municípios nunca foram chamados pelos governos estaduais e federal para trabalhos integrados contra a proliferação desta droga, que usada apenas duas ou três vezes já vicia. "São criadas várias siglas que custam caro aos cofres públicos, mas quem realmente executa os programas não é chamado para estruturá-los. O prefeito deve participar da criação de planos e dizer o que é possível ou não para os Municípios", defende Ziulkoski.

Em boa parte dos 4.907 Municípios onde a pesquisa foi aplicada não existe um Conselho Municipal Antidrogas (Comad), um Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) ou um Núcleo de Ajuda à Saúde da Família (Nasf).



Todos esses atendem a famílias com problemas relacionados a entorpecentes. Em contrapartida, quase todos os Municípios possuem um Conselho Tutelar ou um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), este último atende todas as dificuldades sociais e não exclusivamente os usuários de drogas.

Na opinião do presidente da CNM, não adianta criar programas, prometer recursos e segurá-los por conta da falta de projetos. "Em dezembro de 2011, o governo federal prometeu investir em três anos um total de R\$ 4 bilhões no Programa Crack, é possível vencer. Seis meses se passaram e apenas R\$ 246 mil foram aplicados efetivamente", lamenta.

O estudo da CNM aponta que 2.342 gestores municipais conseguem identificar de alguma forma os dependentes químicos locais. Porém, apenas 497 deles possuem um cadastro desses usuários, geralmente jovens de 20 a 29 anos. Essa

faixa etária corresponde ao maior número de internações e infelizmente de mortes por causa do crack. Os adolescentes de 15 a 19 anos são a faixa etária mais tratada por conta do vício.

## PRINCIPAIS COMBATENTES DO CRACK

O resultado na pesquisa sobre o crack revelou, em números, que os Municípios em comparação aos Estados e a União são os maiores financiadores de planos contra o crack no país. Em 2.424 Municípios é desenvolvida atualmente alguma ação de tratamento e combate a esse entorpecente. Desse total, 94% das ações alcançam bons resultados, asseguram os prefeitos.

O tema e os dados dessa pesquisa foram apresentados aos mais de 3,5 mil gestores municipais na *Marcha*. Eles elogiaram o espaço dedicado ao assunto e puderam apresentar ideias para combatê-lo e entender melhor o universo dos dependentes em quatro seminários.

## XV Marcha

# Crack: questões de segurança pública

O Seminário Nacional: Os Municípios como Protagonistas no Enfrentamento ao Crack reuniu milhares de prefeitos no plenário do Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada durante *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. A discussão foi dividida em quatro eixos: Segurança Pública, Prevenção e Acompanhamento, Tratamento e Reinserção Social e Apresentação da Política Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas.

**SEGURANÇA PÚBLICA** – O chefe da divisão de repressão a entorpecentes da Polícia Federal (PF), Cassius Baudelli, falou sobre o combate ao tráfico e o uso de drogas. Baudelli apresentou a estratégia da Polícia Federal: a redução de oferta. A tática consiste em priorizar o policiamento nas áreas de fronteira do Brasil, investimento em tecnologias, cooperação entre os países fronteiriços para a erradicação do tráfico, controle e investigação de produtos químicos desviados, entre outras ações.

A PF apreendeu em ações com a parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB), de 2009 a 2011, oi-

to aeronaves carregadas com drogas. Segundo Baudelli, foram 3.698 kg de drogas apreendidos. Durante o seminário, o policial apresentou ainda métodos utilizados pelas organizações criminosas para o tráfico e que são alvo de investigações e trabalhos da PF.

A importância da cooperação com os países vizinhos também foi tema da palestra. Para Baudelli, evitar a entrada de drogas pela fronteira é ponto-chave para a diminuição da oferta do produto dentro do País. Dessa forma, o intercâmbio de boas práticas de combate às drogas, os acordos bilaterais e até mesmo o auxílio financeiro entre os países vizinhos são muito significantes.

**O PROBLEMA DA FRONTEIRA** – O prefeito de Barracão (PR), Joarez Lima Henrichs, deu continuidade ao painel falando do enfrentamento ao crack na fronteira. O gestor afirma que as principais drogas comercializadas na fronteira da região Sul do País, com os países vizinhos como Uruguai e Argentina, são cocaína e maconha. Além delas,

o crack é um grande problema na troca de produtos com o País que faz fronteira com seu Município, a Argentina.

Segundo Henrichs, o método “formiguinha”, onde o microtraficante compra pequenas quantidades e revende aos amigos em bares, academias e escolas, é o mais utilizado na região. O grande problema é a troca de veículos furtados no Brasil por estas drogas no país vizinho, pois isso aumenta o tráfico no Município e na região.

O gestor trouxe diversos dados sobre o crack, droga intitulada como a “droga do milênio”. “Ela muda a bioquímica, a função e a anatomia do cérebro humano. Adaptações celulares provocadas nos usuários são reproduzidas nos seus filhos. Podemos estar criando uma raça de dependentes definitivos do crack”, afirmou.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), que busca a prevenção do uso de drogas pelos jovens em idade escolar, foi citado como um bom exemplo de método de combate às drogas.

## XV Marcha

# Reinserção social

Para a psiquiatra da Unidade de Pesquisa Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ana Cecília, cada Município deve instituir uma rede de tratamento contra as drogas de acordo com suas necessidades. Durante o segundo painel do Seminário Nacional: Os Municípios como Protagonistas no Enfrentamento ao Crack, que aconteceu no primeiro dia da *XV Marcha*, 15 de maio, a especialista destacou a importância do tratamento e da reinserção social.

Para ela, como não é possível ter um Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) em todos os Municípios brasileiros, os prefeitos devem apostar em uma boa Atenção Básica para ajudar na questão do tratamento. “A dependência é uma doença totalmente tratável, e políticas integrais na luta contra o problema devem ser prioridade em qualquer governo”, afirma a especialista.

Ana Cecília ainda destacou a importância de diferenciar o tratamento dos dependentes químicos adolescentes e adultos. “O tratamento do adolescente é diferente e mais que isso, se ele não for tratado a tempo, vai se tornar um caso grave”, alerta.

“Estamos falando de uma doença crônica e complexa que só é estabilizada após, pelo menos, 12 meses de tratamento intensivo. O paciente precisará de acompanhamento anual e para a vida toda”, orientou a psiquiatra.

## PARELHAS (RN)

O painel ainda contou com o depoimento do prefeito do Município de Parelhas (RN), Francisco Medeiros. Ele trouxe boas práticas na área de reinserção social, destacando o trabalho do CAPs municipal. “Nosso CAPs atende a mais de 148 usuários por mês, a maioria com problemas com crack. Nossa equipe multidisciplinar tenta atender aos 21 mil habitantes, pois na região do Seridó, com 54 Municípios, só existe um CAPs 3 no Município de Caicó, que não consegue atender à demanda”, conta o prefeito.

O gestor municipal destaca, ainda, que os projetos de reinserção social trabalham com a capacitação dos usuários, com oficinas de trabalhos manuais, teatro e cursos técnicos. “O perfil do usuário é de 25 a 30 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por isso, precisam de apoio para se capacitar e se reinserir”, observa o gestor.

## XV Marcha

# Crack: Política Nacional de Enfrentamento

Assim como ocorre com a maioria dos programas federais, o de enfrentamento ao crack e outras drogas excluía grande parte dos Municípios brasileiros. Durante o painel “Apresentação da Política Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”, o ministro da Saúde e da Justiça, Alexandre Padilha, anunciou modificações na política pública para que alcance todo o País.

O debate – ocorrido no dia 16 de maio – foi liderado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e recebeu também o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, além de representantes estaduais de Municípios e milhares de prefeitos.

Entre as alterações mencionadas por Padilha estão:

- a substituição do critério quantidade populacional do Município para o perfil regional para a implantação de certos tipos de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- ação mais forte de repressão ao narcotráfico e aos traficantes por parte das frentes de repressão;
- tipos de atendimentos e serviços diferenciados, como idade e perfil de usuário por exemplo, e



Ag. LAR/CNM

desejam implantar rede de atendimento; e

- ampliação da possibilidade de parcerias com as entidades que já atuam na dependência química; e a
- possibilidade de maior financiamento para os consultórios na rua.

Apesar de as novas orientações mencionadas não terem entrado em vigor no dia 21 de maio, Padilha reconheceu que não há mais dúvidas acerca da epidemia da droga no País. Ele ponderou que o aumento do número de casos, a

e a ampliação para diversos grupos sociais são os três fatores que caracterizam a condição epidêmica. Condições que são realidade em todo o território brasileiro.

O ministro da Justiça também falou das mudanças na política de enfrentamento. Entre elas: instalação de câmeras de vídeos com trailer que recebem as imagens para que a ação de traficantes e usuários seja coordenada; e o não tratamento ao dependente com cadeira ou com perda privativa de liberdade.

## XV Marcha

## Painel de prevenção e acompanhamento

O painel sobre Prevenção e Acompanhamento foi o terceiro apresentado no Seminário Nacional: Os Municípios como protagonistas no Enfrentamento ao Crack. “Prevenção é a melhor forma de enfrentar e reprimir o tráfico de drogas. É preciso mobilizar a comunidade, organizar os serviços e também dá a assistência necessária”, resume o especialista convidado do painel, o subsecretário de políticas sobre drogas de Minas Gerais, Cloves Benevides.

O prefeito de Balneário Pinhal (RS), Jorge Luís de Souza Fonseca, foi o gestor convidado para fa-

lar do tema e deu bons exemplos de boas práticas às centenas de prefeitos que lotaram o auditório. Fonseca falou sobre as campanhas elucidativas desenvolvidas na prefeitura e também sobre as dificuldades que encontrou no caminho. Balneário Pinhal é um Município muito pequeno com problemas de Município grande. Passei por muitas dificuldades na questão das drogas, mas hoje estou aqui com essa lição de que é possível optar pela ótica da prevenção e colher bons resultados”, enfatiza o prefeito da cidade gaúcha.



Ag. LAR/CNM

XV Marcha

# Gestores debatem Boas Práticas

O Seminário de Boas Práticas para o Desenvolvimento Local apresentou exemplos de sucesso de Municípios que apostaram no investimento para facilitar a formalização das Micro e Pequenas Empresas (MEI). O Seminário, que contou com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ocorreu durante o segundo dia de trabalhos da XV Marcha.

**Paulo Delgado**, prefeito de Taquaritinga (SP), demonstrou como a desburocratização de processos e o atendimento aos microempreendedores alavancou a arrecadação de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a geração de renda. O gestor destaca que a capacitação dos funcionários da prefeitura foi um diferencial para agilizar a abertura de inscrições de pequenos empreendimentos e facilitar a aplicação da Lei Geral.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o excesso de burocracia é um dos principais entraves ao crescimento do País e dos Municípios, na medida em que dificulta o funcionamento e reduz a competitividade das empresas.

Outra prática importante de Taquaritinga foi a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, que contribuiu para a modernização da arrecadação municipal. “Com isso, os contribuintes perceberam que a prefeitura passou a ter o maior controle e acompanhamento da arrecadação municipal”, pondera o prefeito. O Município, com 60 mil habitantes, arrecadava por mês, em 2009, apenas R\$ 50 mil. Com a implementação das medidas em 2011, é arrecadado mais de meio milhão de reais mensalmente.

Dessa forma, Taquaritinga conseguiu melhorar a criação de microempresas, garante o prefeito. “Em 2009, eram 2.135 e, em 2012, houve um salto para mais de sete mil empresas criadas”, estima. Para dar sustentação ao trabalho, a prefeitura também contratou uma assessoria especializada em tributos municipais, que, entre



Ag. LAR/CNM

outras coisas, mantêm os servidores atualizados quanto às mudanças e atualizações legais.

**PARCERIA** – Outro resultado importante conquistado pelo Município foi a aproximação da administração pública municipal com os contribuintes e contabilistas, que hoje têm a prefeitura como um aliado para resolver dúvidas e orientar procedimentos.

**UBERLÂNDIA (MG)** – Também no sentido de diminuir as burocracias no atendimento às Micro e Pequenas Empresas, a prefeitura de Uberlândia (MG) tem feito um planejamento estratégico. Entre as iniciativas, o secretário municipal de Negócios e Gestão de Uberlândia, **Leandro Andrade**, garante que o programa Minas Fácil, implantado para simplificar o atendimento e criação de MEIs, foi o mais importante. “Antes do sistema, o tempo médio gasto na constituição de novas empresas era de 60 dias, hoje, os empresários demoram cinco dias para abrir sua empresa”.

Uberlândia também adotou a implantação de nota fiscal eletrônica e a emissão de alvará provisório.

**ARRECADAÇÃO ISS** – Os prefeitos que lotaram o auditório do seminário tiraram várias dúvi-

das com os gestores da mesa e com os técnicos da CNM. As principais perguntas ficaram em torno da arrecadação de ISSQN, que disparou após as várias medidas para ampliar a criação de MEIs.

A prefeita de Acará (PA), Francisca Martins, tirou dúvidas sobre o tema e recebeu orientações para aplicar à risca a Lei Complementar 116, que regula a arrecadação desse tributo. “Consegui sanar minhas dúvidas e vou levar novas orientações para o Município, pois, de acordo com o prefeito de Taquaritinga, meu Município está perdendo muito dinheiro de arrecadação”, explica.

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)** – O Município, com 90 mil habitantes, implantou diversos programas municipais para incentivar a criação de novas microempresas. Um dos projetos, intitulado Tô Legal, após dois meses do início do programa, já somava 217 novos microempreendedores. Um ano depois, o número de MEIs cresceu 89,27%, atingindo 1.482 empreendedores. O programa tem por objetivo levar informações para as pessoas se formalizarem e ampliar os benefícios fiscais, proceder às inscrições de informais ou cidadãos interessados em abrir seu negócio, servindo de mecanismo de desenvolvimento local.



Ag. LAR/CNM

XV Marcha

# Senador recebe apoio de gestores

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, recebeu em plenário no segundo dia da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o senador Wellington Dias (PT/PI). Relator da proposta dos *royalties* aprovada no Senado, Dias agora busca, com pleno apoio dos prefeitos e da CNM, a aprovação do texto na Câmara.

A presidente da República, Dilma Rousseff, esteve na abertura do encontro e deixou os prefeitos desapontados. Ela foi prolixa e não quis falar sobre a principal demanda do encontro, a divisão igualitária dos *royalties* do petróleo. O senador comentou a postura da presidente e considerou seu argumento incoerente. “Não quero confronto com a presidente, mas o que ela argumenta é incoerente. Ela fala como se o que pedimos fosse acarretar uma quebra de contrato, mas não é isso”, declara.

Ainda de acordo com o parlamentar, o que o Brasil precisa é de uma nova regra: a da partilha. “O petróleo extraído no mar é de todos os brasileiros. A partir da lei, a nova regra é a que vale”, constata. Sobre o senador ser do mesmo partido da presidente Dilma, Dias afirmou que esse fator não é determinante. “Esse tema [*royalties*] não tem nada a ver com partido, é uma questão tipicamente federativa”, afirmou, sob aplausos dos prefeitos.

“O senado votou, a Câmara vai votar e ela vai vetar”, adianta Ziulkoski. “Queremos o cumprimento da Constituição. Se ela vetar, trabalharemos pela derrubada do veto”, acrescenta.



Ag. LAR/CNM

**MARCA AO CONGRESSO** – Em seguida, Ziulkoski convocou os milhares de prefeitos que lotavam o auditório a se juntar à comitiva que se deslocaria à Câmara naquela tarde. Vestidos de coletes com os dizeres “O Brasil quer Royalties para Todos”, mais de três mil gestores lotaram o Salão Verde da Câmara dos Deputados.

Wellington Dias lembrou que não foi fácil a aprovação no Senado e alertou que na Câmara não será diferente. “Mas não podemos desistir. O apoio de vocês [prefeitos e CNM] é fundamental para a aprovação da matéria”, declarou o senador.



Ag. LAR/CNM

XV Marcha

# Deputados recebem Pauta Municipalista

*Royalties*, pisos salariais, crise na Saúde e endividamento previdenciário foram temas prioritários da Pauta Municipalista apresentada pelos gestores aos deputados durante a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) convocou uma comitiva de mais de dois mil gestores para o Salão Verde da Câmara. De lá, os prefeitos se dividiram entre as 24 bancadas de Estado montadas em plenários das duas Casas Legislativas para tratar das reivindicações dos Municípios.

Vestidos de coletes de apoio à aprovação dos *royalties*, os prefeitos pediam que o compromisso assumido pelo presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), no início do mês, quando houve a votação do Código Florestal, fosse cumprido. Eles esperam que a matéria seja posta em pauta o mais rápido possível.

Questões ambientais, como estiagem e enchentes, foram discutidas em algumas bancadas que sofrem com os fenômenos. Após a reunião de bancada, uma comitiva de 25 prefeitos da Bahia, inclusive, se reuniu com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para discutir o problema da estiagem no Estado. Ela foi solidária aos gestores e garantiu que o grupo interministerial está trabalhando nessa questão.

## O BRASIL QUER ROYALTIES PARA TODOS

— “Temos de mostrar que estamos discutindo o produto do contrato que é o petróleo, não existe produtor, existe confrontante”, defendeu o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, sob aplausos dos gestores.

**AS BANCADAS**— A deputada Sandra Rosado (PSB-RN) e o deputado Henrique Alves (PMDB-RN) participaram da bancada do Rio Grande do



Ag. LAR/CNM

Norte e demonstraram apoio à CNM. Ele garantiu que seu voto será contrário à proposta do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que ainda está aberta para sugestões do Grupo de Trabalho, mas sugere que a perda dos Estados e dos Municípios confrontantes seja gradativa, em um prazo de dez anos, de 2013 a 2023, para adaptação.

Na bancada da Bahia, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que esteve na abertura da Marcha, ouviu a reivindicação dos prefeitos e está do lado deles na questão dos *royalties*. “Também concordo com o presidente Paulo quando afirma que o Pacto Federativo é um problema sério e estou à disposição para ajudar”, defende.

O prefeito de Trairi (CE), Josimar Moura, acredita que as bancadas devem ajudar a pressionar a questão do pré-sal e o problema da estiagem. “Metade do meu Município se encontra no semi-árido e estamos com sérios problemas agropecuários por conta disso”, explica.

O prefeito de Barra, na Bahia, Arthur Silva Filho, acredita que as reuniões de bancada sejam importantes, mas sentiu a ausência de muitos parlamentares de seu Estado durante o evento. “Ligamos para os parlamentares, mas muitos não vieram”, conta.

A bancada de São Paulo foi liderada pelo presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marco Monti. Os gestores paulistas receberam os deputados Devanir Ribeiro (PT-SP) e Roberto Santiago (PV-SP), que se posicionaram a favor da pauta principal do encontro, a distribuição igualitária dos *royalties*.

Com o plenário 4 lotado, a bancada do Maranhão discutiu a pauta municipalista com a participação do deputado Domingos Dutra (PT-MA), que sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para a discussão dos interesses municipalistas durante todo o ano e não apenas na Marcha.

A Bancada do Paraná foi mediada pelo presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Gabriel Samaha, e recebeu o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Serraglio levantou a bandeira da autonomia municipal para que os Municípios não dependam mais de emendas. De acordo com o parlamentar, os *royalties* são a primeira conquista que os Municípios precisam para conseguir essa autonomia.

Sobre Educação, Samaha defendeu também uma mudança do Plano Nacional de Educação (PNE) e sugeriu um aumento do investimento de 7% para 10%.

**XV Marcha**

# Nova Diretoria da CNM

A diretoria que estará à frente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) até 2015 foi apresentada e tomou posse no dia 17 de maio, durante cerimônia, ao final da maior mobilização municipalista nacional. Também, durante o último dia de encontro, a Carta da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi lida e aprovada pela liderança da entidade e pelos participantes.

A eleição da chapa única "CNM Independente" ocorreu no dia 22 de março, e, com 99,43% dos votos, o presidente Paulo Roberto Ziulkoski assumiu a 15ª diretoria da entidade. Os outros vice-presidentes eleitos são: o prefeito de Terenos (MS), Humberto Rezende Pereira; o prefeito de Siderópolis (SC), Douglas Gleen Warmling; o prefeito de Alvorada d'Oeste (RO), Laerte Gomes; e o prefeito de São Gonçalo do Pará (MG), Ângelo José Roncalli de Freitas.

Um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal e um Conselho de Representantes Regionais também formam a equipe, conforme quadro ao lado:



Ag. LAR/CNM

### CONSELHO DIRETOR

| CARGO              | NOME                            | REPRESENTAÇÃO                               |
|--------------------|---------------------------------|---|
| Presidente         | Paulo Roberto Ziulkoski         | Ex-prefeito de Mariana Pimentel/RS – Famurs |
| 1º Vice-Presidente | Humberto Rezende Pereira        | Prefeito de Terenos/MS – Assomasul          |
| 2º Vice-Presidente | Douglas Gleen Warmling          | Prefeito de Siderópolis/SC – Fecam          |
| 3º Vice-Presidente | Laerte Gomes                    | Prefeito de Alvorada d'Oeste/RO – Arom      |
| 4º Vice-Presidente | Ângelo José Roncalli de Freitas | Prefeito de São Gonçalo do Pará/MG – AMM    |
| 1º Secretário      | Jair Aguiar Souto               | Prefeito de Manaquiri/AM – AAM              |
| 2º Secretário      | Rubens Germano Costa            | Prefeito de Picuí/PB – Famup                |
| 1º Tesoureiro      | Joarez Lima Henrichs            | Prefeito de Barracão/PR – AMP               |
| 2º Tesoureiro      | Glademir Aroldi                 | Ex-prefeito de Saldanha Marinho/RS – Famurs |

### CONSELHO FISCAL

| CARGO       | NOME                              | REPRESENTAÇÃO                              |
|-------------|-----------------------------------|--|
| Titular     | Renilde Bulhões Barros            | Prefeita de Santana do Ipanema/AL – AMA    |
| Titular     | Francisco de Macedo Neto          | Prefeito de Bocaina/PI – APPM              |
| Titular     | Antonio da Cruz Fiulgueira Júnior | Prefeito de Itapecuru Mirim/MA – Famem     |
| 1º Suplente | Jocelito Krug                     | Prefeito de Chapadão do Sul/MS – Assomasul |
| 2º Suplente | Orlando Santiago                  | Ex-prefeito de Santo Estevão/BA – UPB      |
| 3º Suplente | Jadiel Cordeiro Braga             | Prefeito de São Caetano/PE – Amupe         |

### CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

| CARGO                        | NOME                                 | REPRESENTAÇÃO                                     |
|------------------------------|--------------------------------------|---|
| Titular Região Norte         | Helder Zahluth Barbalho              | Prefeito de Ananindeua/PA – Famep                 |
| Suplente Região Norte        | Manoel Silvino Gomes Neto            | Prefeito de Tocantina/TO – ATM                    |
| Titular Região Sul           | Adair José Trott                     | Prefeito de Cerro Largo/RS – Famurs               |
| Suplente Região Sul          | Daiçom Maciel da Silva               | Prefeito de Santo Antônio da Patrulha/RS – Famurs |
| Titular Região Sudeste       | Élbio Trevisan                       | Ex-Prefeito de Cesário Lange/SP – APM             |
| Suplente Região Sudeste      | Gilson Antonio de Sales Amaro        | Prefeito de Santa Teresa/ES – Amunes              |
| Titular Região Nordeste      | Eliene Leite Araújo Brasileiro       | Prefeita de General Sampaio/CE – Aprece           |
| Suplente Região Nordeste     | Ivanildo Araujo de Albuquerque Filho | Prefeito de Timbaúba dos Batistas/RN – Femurn     |
| Titular Região Centro Oeste  | Meraldo Figueiredo Sá                | Prefeito de Acorizal/MT – AMM-MT                  |
| Suplente Região Centro Oeste | Gilmar Alves da Silva                | Prefeito de Quirinópolis/GO – FGM                 |



Ag. LAR/CNM

Já a Carta, apresentada na ocasião, lista as principais reivindicações que pautaram os três dias de mobilização na Capital do Brasil. São elas: Restos a Pagar, Pisos Profissionais, Royalties, Reforma Tributária, Endividamento Previdenciário e Rio +20, por ordem de colocação.

XV  
**MARCHA**  
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

15 a 17 de maio de 2012



www.marcha.cnm.org.br



## CARTA DA XV MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Os Municipalistas do Brasil, reunidos na *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada entre os dias 15 e 17 de maio de 2012, em Brasília/DF e organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentaram ao governo federal e ao Congresso Nacional sua preocupação com os seguintes pontos:

**1) Restos a pagar:** os restos a pagar constituem, pela dimensão que atingiram hoje, um orçamento paralelo da União que não é executado. Os Municípios enfrentam problemas porque os recursos seguem um cronograma de execução político. Dos R\$ 24,7 bilhões inscritos em restos a pagar, apenas R\$ 2,9 bilhões foram pagos. Dos restos a pagar não processados, R\$ 17 bilhões correm o risco de não serem pagos, apesar de incluírem obras já contratadas e, boa parte delas, executadas total ou parcialmente. Assim, os Municípios solicitam revisão, análise e liberação dos recursos que estão se acumulando no orçamento federal e readequação que possibilite a execução das atividades previstas nos convênios.

**2) Pisos profissionais:** O art. 30 da Constituição Federal estabelece como competência dos Municípios a organização e a prestação dos serviços públicos e, com isso, os quadros de pessoal e os respectivos vencimentos, que terão de ser definidos por Lei Municipal. O estabelecimento de pisos salariais por meio de Lei Federal como vem sendo proposto pelo Congresso Nacional fere a competência municipal e viola o Pacto Federativo, além de desorganizar o planejamento municipal, impondo aos Municípios e aos Estados o descumprimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo com que os prefeitos incorram em condutas tipificadas na Legislação Penal e em improbidade administrativa. Os Municípios reivindicam que o Congresso respeite a autonomia dos entes locais e que o governo federal vete projetos dessa natureza, salvaguardando a Federação brasileira

**3) Royalties:** os Municípios consideram absolutamente legítima a luta por uma distribuição mais equitativa dos royalties do petróleo e veem na proposta aprovada pelo Senado Federal uma construção equilibrada de critérios para repartição dos recursos. Os Municípios querem o cumprimento do acordo que foi celebrado pelos líderes do Congresso Nacional com o governo federal em novembro de 2011, que resultou na retirada de pauta do Veto presidencial e na construção do projeto de consenso que foi aprovado no Senado Federal e que ainda não foi votado na Câmara.

**4) Reforma tributária:** os Municípios apoiam a iniciativa do governo no sentido de promover uma reforma tributária que promova o fim da guerra fiscal e a mudança do regime de repartição do ICMS da origem para o destino, em relação aos Municípios e não apenas para os Estados, como vem sendo proposta.

Em razão disso, os Municípios requerem a retomada da proposta de desconstitucionalização do critério de partilha da receita de ICMS entre os Municípios baseada no valor adicionado.

**5) Endividamento previdenciário:** A capacidade fiscal dos Municípios é pressionada em função da dívida com o Regime Geral de Previdência Social. Grande parte desses débitos deveria ter sido compensada mediante encontro de contas, cumprindo o estabelecido na Súmula Vinculante no 8, atendendo às regras da compensação, créditos oriundos de ações judiciais e consolidação dos parcelamentos da Lei no 11.960/2009, o que deixou de ocorrer em razão do Veto no 23, o qual os Municípios estão lutando para que seja derrubado. Além disso, os Municípios contam com a articulação do governo para aprovação do Projeto de Lei (PL) no 1.894/2011, que recria a possibilidade do encontro de contas.

**6) Procuradores:** A *Marcha* deliberou, por unanimidade, que a CNM promova as medidas judiciais e as articulações políticas necessárias para evitar a aprovação da PEC 17/2012, que propõe a criação da carreira dos procuradores municipais.

**7) Rio +20:** Os Municípios, reunidos no Fórum Rio+20, elaboraram a Carta dos Municípios Brasileiros para a Rio+20, com nove reivindicações que serão apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no dia 22 de junho de 2012. Concluiu-se nas discussões que os Municípios brasileiros são parceiros para a implementação de uma política global, com reflexos locais de desenvolvimento sustentado, socialmente responsável e economicamente viável, acompanhado de autonomia dos gestores locais, descentralização político-administrativa, apoio técnico-científico e recursos financeiros para ações de curto, médio e longo prazo.

Os Municípios registram que durante a *XV Marcha* a Presidente da República anunciou a destinação de R\$ 2,9 bilhões para a renovação do parque de máquinas das prefeituras e de R\$ 5,2 bilhões para obras de saneamento básico nos Municípios.

Por fim, em encontro com as bancadas no Congresso Nacional, os Municípios exigiram o comprometimento dos parlamentares com a pauta municipalista, de forma a promover a reconstrução do Pacto Federativo.

Brasília, 17 de maio de 2012.

**Paulo Ziulkoski**  
Presidente da CNM

XV Marcha

# A troca de ideias entre gestores

Os prefeitos que participaram da XV Marcha reivindicaram a favor da pauta municipalista, que tratava principalmente de *royalties*, mas também apostaram na troca de experiências para melhorar a gestão. O interesse dos gestores era buscar novas ideias, projetos e programas para a área de educação municipal. O Município de Bilac (SP), no interior do Estado, com 44 mil habitantes, implantou em 2010 lousas digitais nas salas de aula e o sistema de apostilamento para as escolas municipais.

O prefeito, José Roberto Rebelato, afirma que o sistema de lousa digital tem chamado os alunos para a escola. “Eles ficam maravilhados com essa inovação tecnológica, é um incentivo. Outro ponto é o apostilamento, que antes era luxo de escolas particulares da região e agora todas as escolas municipais têm seu próprio material”, explica o gestor.

As lousas não precisam de giz nem apagador, isso facilita para o aluno aprender e para o professor ensinar, aponta Rebelato. O Município ficou com o terceiro lugar no prêmio do Índice de Responsabilidade Fiscal Social e de gestão (IRFS) oferecido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) durante a *Marcha*.

**BOM JARDIM DA SERRA (SC)** – No Município catarinense de Bom Jardim da Serra, o prefeito Ilton Machado trouxe para a *Marcha* outro projeto interessante na área de Educação. Como seu Município tem uma grande área rural e os alunos estavam com dificuldades de transporte, a prefeitura investiu na construção de escolas rurais. “Antes, levávamos alunos para a escola e, agora, estamos levando os professores para a zona rural, fica mais fácil para os alunos, que não faltam mais às aulas”, conta Machado. O Município ficou em primeiro lugar no prêmio IRFS, que a CNM ofereceu. O prefeito recebeu o prêmio das mãos do presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, e demonstrou grande satisfação.



Guiliano Gomes/SEED

## BELEZAS NATURAIS

O gestor também acredita que o Município precisa investir mais pesado em turismo ecológico. “Somos um dos Municípios mais bonitos de Santa Catarina, estamos localizados em uma região repleta de canions e florestas belíssimas, temos de potencializar e aproveitar essas belezas”, afirma o prefeito, que ainda dá a dica para os colegas gestores: “O Brasil tem muitas belezas, os Municípios não imaginam como o turismo pode alavancar o desenvolvimento de uma região”, afirma.

Há, no Município, 35 cachoeiras com pelo menos dez metros de altura e nada menos que 14 rios nascem no território e se tornam afluentes do Rio Pelotas dentro do próprio Município.



Prefeitura de Bom Jardim da Serra



Prefeitura de Bom Jardim da Serra

## XV Marcha

# Stands: oportunidade de negócios

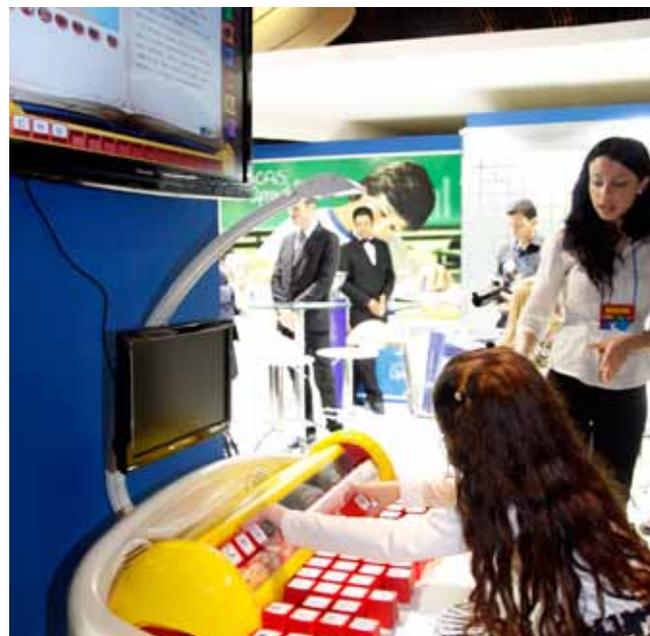
Os gestores municipais que participaram da *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* conferiram uma exposição de diversas empresas que oferecem serviços e negócios aos visitantes. São 32 stands com ideias, novas tecnologias e oportunidades que podem ser inseridas em diversas áreas da administração municipal.

A organizadora da exposição, Dalva Cristofolleti, salienta a importância da realização deste evento dentro da Marcha. "O grande problema é que os prefeitos do interior precisam buscar novas tecnologias e instrumentos para a administração fora dos seus Municípios, e visitar todas as empresas leva muito tempo. Reunir estas empresas aqui dá a oportunidade de conhecimento de muitas novidades em um mesmo lugar, com atenção exclusiva aos gestores", comentou.

A principal área trabalhada pelos expositores é a Educação, foram diversos stands com novas tecnologias para a inovação e atualização do sistema escolar dos Municípios. O prefeito de Cacimbas (PB), Nilton Almeida, levou da exposição muitas ideias para os seus secretários implantarem no contexto de Cacimbas. "Conheci ações de gerenciamento de resíduos sólidos, trabalho de georreferenciamento e ótimas ideias para a Educação", afirma.

Em Afonso Cunha (MA), ações levadas das exposições anteriores estão sendo desenvolvidas para melhorar o sistema de ensino infantil. O prefeito municipal, José Leane de Pinho Borges, aprova a realização da exposição durante a Marcha.

Segundo a organizadora, a Educação é a base para o desenvolvimento dos Municípios. É preciso adaptar o ensino para conseguir manter as crianças nas escolas. "O estímulo das novas tecnologias fora da escola é muito maior do que o sistema antigo utilizado na maioria das escolas. É preciso manter a atenção dos alunos", ensinou Dalva.



Ag. LAR/CNM



Ag. LAR/CNM

## XV Marcha

# CNM distribui publicações para gestores

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) lançou uma série de publicações próprias durante a *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. O material desenvolvido exclusivamente para a administração municipal pôde ser levado pelo gestor que visitasse a Biblioteca CNM, montada no local do evento.

O prefeito de Lábrea (AM), Gean Barros, não perdeu a oportunidade e adquiriu logo o material. "Essas publicações são de suma

importância para a administração municipal. É uma fonte de consulta para boas práticas em relação ao crack que, com certeza, vai contribuir bastante na prefeitura", diz Barros.

"Preparamos este material para os gestores poderem levar um pouquinho do conhecimento adquirido na *Marcha* para todos os funcionários das prefeituras que não puderam vir", orienta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.



Ag. LAR/CNM

XV Marcha

## Projeto Memória CNM

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, apresentou no primeiro dia da *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o Projeto Memória CNM. O trabalho resultou em duas edições impressas, um site e um documentário audiovisual de 20 minutos.

“É importante entendermos a origem da CNM. Onde tudo começou e o que proporcionou à CNM ser o que ela é hoje. Cada um que já passou pela CNM teve um papel muito importante nesse desenvolvimento e progresso”, declara

o presidente da considerada a maior entidade municipalista do mundo.

O documentário sobre a trajetória da entidade teve depoimentos de figuras importantes para a consagração da CNM nesses mais de 30 anos de lutas e conquistas em prol do municipalismo. Transmitido durante o encontro, o documentário foi aplaudido de pé pelos mais de dois mil gestores presentes no auditório.

**TÚNEL DO TEMPO** – Do lado de fora do plenário, foi montado pela equipe da CNM um Túnel do Tempo. A estrutura continha detalhes das principais conquistas e reivindicações da entidade junto ao Congresso Nacional. Desde sua fundação, em 1980, em São Paulo, às principais conquistas da CNM, o túnel passava pelas dificuldades na trajetória da entidade e a galeria de presidentes que a lideraram.



XV Marcha

## RIO+20 também na pauta dos debates

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 está agendada para 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. O evento tem mobilizado diversos segmentos da sociedade e os poderes públicos do Brasil, e, para tratar do tema com os Municípios, um Fórum foi parte da programação do segundo dia da *Marcha dos Municípios*.

Durante o debate com o poder público local, as nove propostas que compõem a Carta dos Municípios Brasileiros para a Rio+20 foram apresentadas. O documento foi aprovado pelos participantes do Fórum e, mais tarde, pela Assembleia-Geral da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O objetivo é levar as contribuições municipais ao grande debate internacional, independentemente da proposta oficial do governo federal que será apresentada. Assim, a Carta trata da necessidade de inclusão dos Municípios na tomada de decisão das políticas sobre sustentabilidade e de meca-

nismos financeiros que forneçam suporte da União para aumentar os investimentos em Saneamento Básico, entre outros aspectos.

Além disso, a questão sobre como abordar os temas da Rio+20 em nível local também foi debatida no Fórum. De acordo com os organizadores da plenária, a ideia é promover as mesmas discussões nos Municípios – paralelas ao evento –, considerando que a maioria deles não participará da Conferência.

O presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, presidiu o debate, em que as dificuldades e as possíveis soluções locais para promover o desenvolvimento sus-



Ag. LARY/CNM

tentável também foram apresentadas. Além de técnicos das áreas de Meio Ambiente e Relações Internacionais da CNM e gestores municipais, o encontro contou com a contribuição da coordenadora do Projeto Agenda Total, das Nações Unidas, Silvana de Matos; do coordenador-geral do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Eduardo Mattedi; e do assessor da Subchefia de Assuntos Federativos, Thiago Gehre.

Fórum

## Fórum de vereadores e procuradores

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou, durante a XV Marcha, o VII Fórum Permanente de Vereadores e o Fórum de Procuradores Municipais na tarde da quarta-feira, 16 de maio. A Lei da Ficha Limpa e a improbidade administrativa foram o tema de abertura do evento, que contou com presença expressiva de vereadores de todo o País.

O vice-diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Walber de Moura Agra, falou sobre a Lei da Ficha Limpa e afirmou que esta norma é constitucional e aplicável às eleições de 2012. O advogado questionou algumas ações do Tribunal de Contas Eleitoral (TCE) e apontou diversos exemplos de problemas que gestores tiveram com algumas aplicações desta lei.

Condições de elegibilidade, impugnação de candidatura e prazos da lei foram alguns dos temas discutidos pelo palestrante. Segundo Agra, a compra de votos será um grande problema para

os candidatos. “A troca da palavra potencialidade por gravidade pode gerar perda de causa judicial por comprovação de corrupção, seja pela compra de cem (100) ou de apenas um voto”, afirma.

Alguns vereadores presentes no fórum se manifestaram, fazendo questionamentos e citando exemplos de casos ocorridos em seus Municípios. O vereador Volnei Rodrigues, de Agronômica (SC), participou do evento e levará muitas informações para o seu Município. “Dá para perceber que a CNM está trabalhando para levar informação aos gestores. A palestra de ontem [15 de maio] nos ajudou muito, havia muitas dúvidas sobre a Lei da Ficha Limpa”, comenta.

**LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS** – Foi publicado no Diário Oficial da União, de 17 de maio, o decreto que regulamenta a nova Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio no País. A lei obriga órgãos públicos a prestarem informações sobre suas atividades



Ag. LAR/CNM

a qualquer cidadão interessado. O projeto é de iniciativa do Executivo e vale para todo o serviço público do País.

Segundo a diretora de Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), Vânia Vieira, palestrante dos fóruns, com a Lei de Acesso às Informações Públicas todo cidadão, a qualquer momento e sem a necessidade de explicar o motivo, pode acessar ações dos gestores públicos. A palestrante chamou atenção dos gestores presentes dizendo que todos os Municípios deverão criar um Serviço de Acesso às Informações Públicas Municipal.

Fórum

## O novo modelo de contabilidade

Até 2013, todas as prefeituras devem ter começado o processo de implantação do novo modelo de Contabilidade aplicada ao Setor Público. A obrigatoriedade foi tema do III Fórum Permanente de Contadores. Entre os participantes, o coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó da Silva, falou sobre a importância de os Municípios darem início às modificações.

De acordo com a apresentação de Silva, as novas normas vão contribuir para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e para a nova Lei da Transparência. Ele também ponderou que o Município pode ter uma contabilidade responsável com apenas um profissional de carreira – especializado na área – comprometido com a gestão.

“Temos de entender que é um processo, ano que vem todos devem ter adotado o plano de contas, e isso não significa que todo mundo vai estar com contabilidade linda em 2013, mas vai avançando”, salientou. O especialista também informou que o Tesouro Nacional (TN) disponibiliza treinamento e manuais de orientação às equipes contábeis.

O Fórum também ocorreu no dia 16 de maio, durante atividade paralela da programação da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. E recebeu o secretário de Fazenda do Município de Ribeirão Preto (SP), Francisco Sérgio Nalini, que falou sobre a experiência do Processo de Convergência da Contabilidade Municipal.

O secretário-executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), José



Ag. LAR/CNM

Rafael Corrêa, foi outro participante do debate e apresentou a importância da contabilidade e o Encerramento de Mandato em 2012.

O Brasil adotou o padrão de normas internacionais de contabilidade para o setor público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), e todas as prefeituras terão de atender às novas exigências contábeis.

Retranca

# As 10 melhores gestões do IRFS

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, entregou dez prêmios para as melhores gestões no Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros (IRFS). A premiação ocorreu durante a solenidade de abertura da XV *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, no dia 15 de maio, e contou com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, especialistas e representantes dos governos estadual e federal.

Na estimativa geral do IRFS com dados de 2010, o Município de Bom Jardim da Serra (SC) foi o mais bem colocado e obteve a maior nota de todos. Seguido dele, estão: Caseiros (RS), Bilac (SP), Louveira (SP) e Pirapó (RS). Entre os 30 primeiros colocados no ranking geral IRFS, 15 são gaúchos e sete são paulistas, dois são do Sudeste, dois do Centro-Oeste e dois do Nordeste. A maior parte das prefeituras é da região Sul.

Ao falar sobre o IRFS, o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, parabenizou os gestores pelo desempenho e esclareceu que a crise econômica impactou nos Municípios e lembrou que o prêmio foi criado para estimular a melhoria da gestão municipal. "O importante é olhar o conjunto do trabalho feito nesses quatro anos", explica o líder municipalista.



Ag. LAR/CNM

Para o prefeito de Bom Jardim da Serra (SC), Ilton Machado, é uma satisfação receber o primeiro lugar, "é o coroamento de um trabalho longo no Município, onde a gestão fiscal e social sempre foi meta". Para o prefeito de Bilac (SP), José Robeto Rebelato, o prêmio demonstra que o Município está indo no caminho certo. "Acredito que esse bom resultado seja resposta dos fortes investimentos que estamos fazendo na área de Educação e capacitação, pois, assim, o Município e a renda crescem", aponta o prefeito.

A CNM avaliou o nível de endividamento

e gasto com pessoal, recursos de manutenção da máquina administrativa e investimentos em Infraestrutura, em Saúde e em Educação para escolher os premiados. Estes são alguns itens compõem o IRFS.

## ÍNDICE DE GESTÃO

Para os prefeitos interessados, a CNM disponibilizou, durante o evento, um sistema interativo por meio do qual o gestor pôde verificar o desempenho do seu Município com 16 indicadores de gestão social e fiscal.



Ag. LAR/CNM

## Veja abaixo a lista dos 10 primeiros colocados em nível nacional

- Bom Jardim da Serra (SC)
- Caseiros (RS)
- Bilac (SP)
- Louveira (SP)
- Pirapó (RS)
- Itatiba do Sul (RS)
- São José do Hortêncio (RS)
- Taiacu (SP)
- Pinhal (SP)
- Águas Mornas (SC)

Sebrae

# VII Prêmio Prefeito Empreendedor



O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), entregou a sétima edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Em cerimônia na sede do Sebrae, em Brasília, no dia 16 de maio, 12 iniciativas municipais que ajudam as micro e pequenas empresas foram reconhecidas e agraciadas.

Os prefeitos contemplados na solenidade concorreram para duas categorias: Melhor Projeto, onde um Município de cada região do País é escolhido, e Destaques Temáticos. Este ano, o destaque foi para o prefeito de Capitão Enéas (MG), Reinaldo Teixeira, que ganhou dois prêmios da categoria Destaques Temáticos.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, que esteve presente na premiação, ressaltou a importância de boas práticas empreendedoras. "Precisamos formalizar empregos, produzir receitas e transformá-las em benefícios para todos os cidadãos", explicou Ziulkoski.

No discurso do presidente do Sebrae, Luiz Barretto, mais uma vez a gestão municipal foi exaltada. Barretto almeja que "o empreendedorismo entre de fato na agenda dos prefeitos". Ele defende que as boas práticas, como as apresentadas na cerimônia, tendem a beneficiar não só as empresas, mas também os governos e a sociedade. "As experiências positivas já estão espalhadas por todo o País", assegura.

Confira ao lado quem são os vencedores do VII Prêmio Prefeito Empreendedor:

## Categoria Melhor Projeto

- Euricélia Melo Cardoso, de Laranjal do Jari (AP), pela região Norte.
- Euvaldo de Almeida Rosa, de Santo Antônio de Jesus (BA), pelo Nordeste.
- Fernando Zafonato, de Matupá (MT), pelo Centro-Oeste.
- Vinícius de Medeiros Farah, de Três Rios (RJ), pelo Sudeste.
- Elson Munaretto, de Bom Sucesso do Sul (PR), pela região Sul.

## Categoria Destaques Temáticos

- Reinaldo Teixeira, de Capitão Enéas (MG), venceu em dois destaques temáticos: Compras Públicas dos Pequenos Negócios Locais e Lei Geral Municipal.
- Nelson Trad Filho, de Campo Grande (MS), conquistou o Destaque Médios e Grandes Municípios.
- Edgar Bueno, de Cascavel (PR), por Formalização de Empreendimentos e apoio ao Empreendedor Individual.
- Marcelo Cabreira Xavier, de Silva Jardim (RJ), Crédito e Capitalização.
- José Ivo Sartori, de Caxias do Sul (RS), Promoção do Desenvolvimento Rural.
- Valentina Helena de Andrade Toneti, de Jacarezinho (PR), campeã do destaque Planejamento e Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável.

XV Marcha

# Gestores deixam mensagens

Três mil e quinhentos prefeitos de Norte a Sul do País estiveram em Brasília para prestigiar a 15ª edição da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Durante três dias, os gestores acompanharam o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski – o porta-voz das reivindicações dos Municípios no Congresso Nacional –, que tratou dos principais temas da administração municipal.

Centenas de gestores deixaram mensagens de agradecimento e satisfação para a entidade. A CNM luta há 32 anos pelos direitos municipalistas e defende mais uma vez a essas reivindicações durante a *XV Marcha*. As palavras de respeito foram expostas em um telão no *hall* do hotel em que ocorreu o evento.

Confira abaixo algumas dessas mensagens:



Ag. LAR/CNM



“A *Marcha* é de grande valia para o movimento municipalista, o Presidente Ziulkoski coloca de forma clara e incisiva nossas reivindicações.”

**Abrahão Costa**  
Prefeito de Miranorte/TO



“Participamos da *Marcha* pelo fortalecimento do movimento municipalista, e junto com a CNM lutamos por uma melhor redistribuição de recursos.”

**Josefina Castro**  
Prefeita de Coaraci/BA



“É um prazer estar participando novamente deste grande evento, espero sempre novas conquistas para os Municípios.”

**Francisco das Chagas**  
Prefeito de Campo Grande/RN



“É muito satisfatório contar com a CNM na representatividade do nosso Município nos embates legislativos que nos impactam diretamente.”

**Enoi Scherer**  
Prefeito de Iundupólis/SC



“A expectativa é que, através da *XV Marcha*, seja concretizado o sonho do desenvolvimento pleno e responsável dos Municípios.”

**Samuel Rodrigues**  
Prefeito de Piranhas/GO



“Espero que os Municípios consigam efetivamente avanços no que diz respeito às políticas de combate ao crack e à distribuição dos royalties.”

**João Luiz Melo**  
Prefeito de Soure/PA



“Creio que a *XV Marcha* será um evento que chamará atenção para a reivindicação de uma distribuição mais justa de recursos.”

**Juviano Lincoln**  
Prefeito de Diamantina/MT



“Vejo o evento como sendo de fundamental importância para a construção de uma democracia mais justa e participativa.”

**José Maximino Spanhol**  
Prefeito de Protásio Alves/RS

# gens à CNM na *XV Marcha*



"A *Marcha* é uma grande ferramenta dos Municípios para atender suas demandas e gargalos."

**Marcos José Canali**  
Prefeito de Caseiros/RS



"A *Marcha* significa não apenas avanços em um único Município, mas conquistas políticas integradas nacionalmente."

**Zequinha Coelho**  
Prefeito de Estreito/MA



"A *Marcha* é um importante evento que busca defender nossos interesses municipalistas frente ao governo federal."

**Jucinei de Souza**  
Vereador de Paulo Lopes/SC



"Este evento é um somatório de forças em busca de conquistas das mais diversas ordens na gestão pública municipal."

**José Rogério**  
Vereador de Paulo Lopes/SC



"A *Marcha* promove, tradicionalmente, um encontro onde discutimos políticas públicas para melhoria de vida da população de nossos Municípios."

**Valdir José**  
Prefeito de Alpestre/RS



"A mobilização é extremamente importante, pois nos permite buscar melhores recursos."

**Hélio Bunn**  
Prefeito de Lauro Muller/SC



"O evento é muito proveitoso, pois podemos expor nossas ideias e buscar uma maior coletividade de no que se refere às políticas municipais."

**Jacinto Redivo**  
Prefeito de Orleans/SC



"A *Marcha* é importantíssima, não devemos desistir nunca de lutar por nossos objetivos."

**Getúlio Gonçalves Viana**  
Prefeito de Primavera do Leste/MT



"A *Marcha* representa mais democracia em todos os Municípios do Brasil. Ziulkoski tem feito um ótimo trabalho em nosso favor."

**Francisco Filho**  
Prefeito de Chorozinho/CE



"A mobilização para nossas reivindicações é o grande trunfo da *Marcha*."

**Antônio Elói**  
Vice-prefeito de Morro Grande/SC



"A *Marcha a Brasília* é uma luta pelos direitos dos Municípios para que possamos cumprir nossos deveres perante nossa população."

**Mário S. Yamamoto**  
Prefeito de Paranacity/PR



"A *Marcha* representa o fortalecimento da voz de todas as prefeituras do País."

**Lindembergue Souza Silva**  
Prefeito de Água Branca/PB

XV Marcha

# Homenagens na XV Marcha

Representantes do municipalismo brasileiro foram homenageados durante cerimônia, no dia 17 de maio. O primeiro a receber reconhecimento pela atuação foi o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Ele recebeu uma placa por meio da qual os presidentes das entidades municipalistas demonstraram gratidão pelo trabalho permanente e pertinaz à frente da CNM e na defesa dos interesses de todos os Municípios do Brasil.

O prêmio – dos parceiros na defesa do municipalismo brasileiro – foi entregue pelo presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Luiz Benes Leocádio de Araújo, e pelo presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto. O prefeito de Alpestre-RS, Valdir José Zasso, aproveitou a oportunidade para homenagear Ziulkoski, em nome dos prefeitos gaúchos.

Por meio da diretoria da Confederação, os colaboradores da entidade também homenagearam o presidente pela liderança e gestão, sempre em busca do profissionalismo e da excelência para que os Municípios e o Brasil sejam prósperos.

Representando a figura da mulher no municipalismo nacional, a primeira-dama, Tânia Ziulkoski, recebeu o reconhecimento de prefeitas. As prefeitas de Santana do Ipanema (AL), Renilde Bulhões, e de General Sampaio (CE), Eliene Brasileiro, também receberam homenagem na ocasião pela representação feminina na Diretoria da CNM – gestão 2009-2012.

Em nome do municipalismo do Brasil, a ativa integrante do movimento municipalista, Dalva Cristofoletti, também recebeu recompensa pela dedicação e comprometimento.



XV Marcha

# A XV Marcha na mídia nacional

Revista **ISTOÉ**

Revista **veja** (na Internet)

15/05/2012 às 19:47 – **Direto ao Ponto**  
Coluna do **Augusto Nunes** - VEJA.com

## A plateia de prefeitos resolveu ensinar a Dilma que a primeira vaia ninguém esquece

Habituada aos aplausos das plateias amestradas e aos sorrisos aprovadores dos áulicos, a presidente Dilma Rousseff foi surpreendida nesta terça-feira por sons especialmente agressivos a tímpanos condicionados pelo coro dos contentes. Ao ouvir os primeiros gritos vindos do auditório lotado por participantes da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a oradora interrompeu a discursão com expressão confusa. Demorou cinco segundos para captar a cobrança formulada aos berros: centenas de prefeitos exigiam que revelasse, sem rodeios nem evasivas, qual é a posição do governo sobre a distribuição dos royalties do petróleo.

Até então, o inchaço das pálpebras, o olhar sonolento e a voz entediada identificavam uma presidente que não havia dormido direito. A algaravia desafiadora substituiu a mulher cansada pela chefe intolerante, autoritária desde criança, incapaz de ser contrariada sem retaliar com a repreensão humilhante, o pito grosseiro, o cala-boca que não admite tréplicas. O vídeo registra a reação rosnada em dilmês vulgar.

“Petróleo... petróleo... Vocês não vão gostar do que vô dizê... Tá?”, começou Dilma, contendo na garganta o som da fúria. “Petróleo... vocês não vão gostar. Então eu vô dizê uma coisa pra vocês. Num tem... não acreditem que vocês conseguirão resolver a distribuição de hoje pra trás. Então, lutem pela distribuição de hoje pra frente”. O ponto final na frase sem pé nem cabeça encerrou também o discurso.

Com a suavidade de um estivador em fim de expediente, o alvo dos apupos capturou o papelório preenchido com letras grandes para que o neurônio solitário não tropeçasse tanto na leitura e se ergueu da cadeira transpirando cólera. Acelerou o andar que aprendeu com algum cowboy americano, fez uma escala diante do presidente da associação dos municípios, interpelou de dedo em riste o organizador do fiasco e saiu de cena cavalgando o chilique.

Como previra, os prefeitos não gostaram mesmo do que ouviram. E revidaram com uma vaia que, além de mais algumas noites insones, garantiu uma vaga perpétua na memória na presidente. Ela logo saberá o que Lula sabe desde aquela tarde no Maracanã: a primeira vaia ninguém esquece.

ECONÔMICO  
**Valor**

## prefeitos pedem sanção do Código

O governo tinha aprovado, em dezembro, um projeto considerado mais “equilibrado” no Senado. No entanto, uma articulação da bancada ruralista, composta em sua grande maioria por deputados da coalizão governista, retomou pontos polêmicos considerados “inegociáveis” por Dilma. Ministros e assessores da presidente informam que Dilma deve vetar esses pontos, sobretudo aqueles que tratam da recomposição das matas ciliares e da “amnistia” aos produtores que desmataram ilegalmente até 2008.

A presidente Dilma tem até 25 de maio para decidir se veta, parcial ou integralmente, o texto ou

17/05/2012 às 20:22 – **Política**

## Ziulkoski volta a cobrar royalties para prefeituras

Brasília - O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, cobrou novamente, em discurso feito nesta quinta na tribuna da Câmara dos Deputados, uma divisão igualitária dos recursos dos royalties do petróleo. A cobrança de Ziulkoski ocorre dois dias após ter sido repreendido publicamente pela presidente Dilma Rousseff ao defender o rasteio dos royalties para todos os entes da Federação.

“Tem que votar como o Senado fez e votar a redistribuição dos royalties e não ficar subjugado a um governador, aos interesses de um Estado ou de uma minoria”, afirmou Ziulkoski.

Dilma foi vaiada pela primeira vez desde que tomou posse na terça-feira, durante a 15ª Marcha dos Prefeitos em Brasília. A presidente pediu aos prefeitos que parassem de cobrar mudanças na divisão dos recursos do petróleo para os campos que já estão em atividade. E que o debate fosse realizado apenas para as áreas que serão exploradas futuramente.

No ano passado, o Senado aprovou projeto que garante a Estados e municípios não produtores de petróleo recursos de royalties. Atuais Estados produtores, como o Rio de Janeiro e Santa Catarina, criticaram a mudança, que atualmente está em debate na Câmara dos Deputados.

Com o dedo em riste, Dilma repreendeu Ziulkoski na sessão plenária de terça-feira. Antes do discurso, à Agência Estado, presidente da CNM disse que o episódio será superado, mas ressaltou que fez um duro discurso na ocasião para alertar o governo federal sobre a difícil situação dos municípios.

“Está bem na parte externa. Tem uma parte interna que é o nível: os indicadores sociais de saúde, educação e tudo quem executa são os prefeitos”, disse. “A maioria dos prefeitos, segundo Ziulkoski, é a cobrança de royalties por categorias, como o dos professores e a lei federal. Essas mudanças têm impactado

## TOMA LÁ DÁ CÁ

PAULO ZIULKOSKI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

**ISTOÉ** – Os prefeitos vão insistir em novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo?

Ziulkoski – Nós queremos aprovar o projeto que saiu do Senado, com partilha dos royalties do petróleo entre todos os Estados e municípios. Até a União aceitou reduzir sua participação

**ISTOÉ** – Mas a presidenta Dilma disse que o projeto acabará na Justiça.

Ziulkoski – Ela me falou isso pessoalmente. Mas o projeto não quebra contratos. Vamos defender as mudanças apenas para os contratos futuros.

**ISTOÉ** – Por que os royalties são a principal bandeira da confederação?

Ziulkoski – A aprovação dessa lei é de grande importância para o caixa dos municípios. Como está, contempla todos os municípios e os Estados.



Revista **veja**

“O que existe hoje (entre o governo federal e os municípios) não é uma parceria, é montaria.”

PAULO ZIULKOSKI, presidente da Confederação Nacional de Municípios

O GLOBO

OPINIÃO

## O significado da vaia de prefeitos

O sentido político da vaia recebida pela presidente Dilma de uma plateia de prefeitos, antecostem, em Brasília, entrava a demonstração de desobediência. A presidente foi paralisada pelo apelo ao dizer uma verdade: se prefeitos, governadores e respectivas bancadas do movimento de reforma do sistema de royalties sobre o petróleo investirem na quebra de contratos, para assinar receita imediata, serão derrotados na Justiça. Terão delgado uma crise federativa, com todas as implicações negativas de um conflito desse teor

ção de prefeituras apenas com objetivos políticos parciais. Em não muito tempo, fundaram-se quase 1.500 municípios. Poucos ou nenhum em condições de arrecadar o próprio sustento.

Vivem dos repasses de estados e da União. E vem na distribuição nacional dos royalties do petróleo mais uma fonte de dinheiro fácil para financiar seus projetos, nenhum de grande relevância. Pois, se fossem obras muito necessárias, o ce-

com o aspecto legal da questão. A responsabilidade do cargo leva a presidente Dilma a alertar prefeitos e a quem interessar para a impossibilidade de receitas de

ploração aprovado na Câmara. A questão foi ao Senado e está de volta à Câmara, em que o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) trabalha na redação de nova proposta.



**FOLHA.com**

17/05/2012 - 18h22

## Presidente da CNM volta a defender royalties do petróleo na Câmara

ERICH DECAT  
DE BRASÍLIA

Dois dias depois de ser repreendido em público pela presidente Dilma Rousseff, o presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Ziulkoski, defendeu a cobrança dos royalties de forma igual entre

Congresso Nacional

# Pedido unânime na tribuna da Câmara: *royalties* e Pacto Federativo

Diferentemente das edições anteriores, neste ano, na XV *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, os gestores municipais participaram de duas atividades no Congresso Nacional: as tradicionais reuniões de bancadas e uma Comissão Geral. Um avanço para o movimento municipalista, pois representa a abertura de diálogos entre os poderes Executivo municipal e Legislativo, avalia o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

A Comissão ocorreu na tarde de quinta-feira, 17 de maio, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. O tema debatido foi: as finanças municipais. Na ocasião, buscou-se mostrar aos parlamentares que a aprovação de propostas sem uma profunda avaliação agrava a situação econômica dos Municípios, principalmente os menores, que dependem quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além do presidente Ziulkoski, outros representantes estaduais do movimento discursaram na tribuna. O apelo foi unânime pela votação do Projeto de Lei (PL) 2.565/2011, que redistribui os *royalties* de petróleo de maneira igualitária entre os entes da Federação. Foi lembrada, também, a importância de retomar os debates em torno do Pacto Federativo, onde as atribuições e a distribuição de tributos da União, dos Estados e dos Municípios sejam revistas.

**PAUTA** – O terceiro vice-presidente da Mesa da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), presidiu o início da sessão. O discurso de Inocên-

cio foi voltado para a importância dos Municípios no desenvolvimento da nação. “O cidadão não vive na União, nem no Estado; vive no Município, célula básica da organização política e administrativa do País”.

Outros deputados e a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) marcaram presença na Comissão



Ag. LAR/CNM

Geral e elogiaram a luta dos prefeitos. Na maioria dos discursos, eles reconhecem que é preciso abrir mais espaço no Congresso para ouvir os prefeitos e as prefeitas de todo Brasil. Por outro lado, o deputado Lincoln Portela ressaltou que o requerimento feito por ele para a realização daquela sessão havia sido assinado por todo o colégio de líderes da Câmara, portanto, segundo Portela, a Casa está aberta para, até mesmo, “puxões de orelha dos prefeitos”.

Além dos *royalties* e do Pacto Federativo, os municipalistas alertaram os deputados sobre a quantidade de propostas que definem altos pisos salariais de várias categorias sem nenhuma fonte de recursos. “A criação desses pisos farão com que, daqui a dois anos, mais de quatro mil prefeitos sejam ficha-suja, porque nenhum vai

conseguir pagar esses salários e, se conseguirem, vão transgredir a Lei de Responsabilidade Fiscal”, explica o presidente da CNM.

Ziulkoski considera projetos assim como um “retrocesso”, pois vai de encontro aos interesses e à realidade municipalista e não significam melhorias nos setores beneficiados. O piso dos enfermeiros, técnicos e auxiliares, por exemplo, terá impacto anual de R\$ 23 bilhões nos cofres municipais.

Depois das pautas apresentadas, Ziulkoski finalizou: “nós queremos que seja cumprida a promessa feita no gabinete do presidente do Senado, José Sarney, e que entre em pauta aquilo que é direito de todos, previsto no art. 20 da Constituição. O petróleo é do Brasil”.

**DISCURSOS** – Todos os demais oradores ligados ao municipalismo seguiram a apresentação da pauta de reivindicação e agradeceram a oportunidade oferecida pela Câmara dos Deputados.

As autoridades convidadas pelas lideranças ou pelo deputado Inocêncio Oliveira a discursarem foram: os presidentes da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Gabriel Samaha, o Gabão; da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Luiz Benes Leocádio; da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Eliene Brasileiro; da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto; da Federação das Associações de Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Ivan Leite; da Associação Mineira de Municípios (AMM), Ângelo Roncalli, e a vice-prefeita de Palmas (TO), Edna Agnolin.